

REFERÊNCIA: Projeto de Lei da Casa n.º 887/2024

AUTOR: DEPUTADO JORGE FREDERICO

ASSUNTO: Assegura aos recém-nascidos o direito ao teste para diagnóstico de fissura labiopalatal nas unidades integrantes do Sistema de Saúde do Estado do Tocantins.

RELATOR: DEPUTADO PROFESSOR JÚNIOR GEO

PARECER DE RELATORIA

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

I – RELATÓRIO

De autoria do deputado Jorge Frederico, o Projeto de Lei em epígrafe visa assegurar aos recém-nascidos o direito à realização de teste para diagnóstico de fissura labiopalatal nas unidades integrantes do Sistema de Saúde do Estado do Tocantins, públicas ou privadas. A proposta estabelece obrigações específicas às unidades hospitalares, aos profissionais de saúde e à Secretaria de Estado da Saúde, incluindo a realização do exame, orientação às famílias, notificação compulsória e encaminhamento para atendimento especializado.

A proposição foi inicialmente distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que deliberou pela sua aprovação, conforme parecer do relator (fl. 9).

Na sequência, o Projeto de Lei foi encaminhado à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, cabendo a esta relatoria a análise de mérito quanto à adequação

orçamentária, financeira e à boa técnica legislativa, nos termos do art. 46, inciso II, do Regimento Interno desta Casa (fl. 11).

II – ANÁLISE

A matéria versa sobre políticas públicas de saúde, temática que se insere na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do art. 24, inciso XII, da Constituição Federal. O projeto busca ampliar ações de prevenção, diagnóstico e cuidado com recém-nascidos, em especial no campo da triagem neonatal. Todavia, a iniciativa legislativa parlamentar não pode criar obrigações específicas e diretas ao Poder Executivo, nem ensejar aumento de despesa pública sem a devida estimativa de impacto orçamentário e indicação das respectivas fontes de custeio, conforme exigido pelo art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

É que embora a proposição não estabeleça valores ou rubricas orçamentárias de forma expressa, impõe encargos concretos às unidades de saúde estaduais e privadas – como a execução do exame, o encaminhamento a serviços especializados e a notificação compulsória à Secretaria de Estado da Saúde – configurando, ainda que de forma indireta, geração de despesa pública.

Do ponto de vista jurídico, o conteúdo da norma é compatível com a legislação federal, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990, art. 10, inciso III), que trata da obrigatoriedade de exames em recém-nascidos. Contudo, a ampliação da triagem neonatal para incluir o teste de fissura labiopalatal, bem como a organização da rede de atendimento correlata, deve partir de iniciativa do Poder Executivo, responsável pela estruturação e gestão do sistema estadual de saúde.

Ademais, verifica-se a inexistência de qualquer estudo de impacto orçamentário-financeiro ou demonstração de compatibilidade com a Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO), com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e com o Plano Plurianual (PPA), em desacordo com os dispositivos legais e regimentais aplicáveis.

No tocante à técnica legislativa, embora o texto normativo seja claro e bem estruturado, sua tramitação resta comprometida pela ausência dos pressupostos orçamentários e pela indevida invasão da esfera de competência do Poder Executivo, o que afronta o princípio da separação dos poderes (art. 2º da Constituição Federal)

III – VOTO

Diante do exposto, esta Relatoria manifesta-se pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 887/2024, por afronta à iniciativa legislativa privativa do Poder Executivo e pela ausência de adequação orçamentária e financeira, em desconformidade com a Constituição Estadual, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 3 de julho de 2025.

JOSE LUIZ PEREIRA
JUNIOR:69385912100

Assinado de forma digital por
JOSE LUIZ PEREIRA
JUNIOR:69385912100
Dados: 2025.08.12 10:37:07 -03'00'

Deputado Professor Júnior Geo

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

COASC-AL
Fls. 15
4

DESPACHO

A Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, aprovou o Parecer do Relator Deputado PROF. JÚNIOR GEO referente ao(a) Ph 1887/2024

Obs.....

Encaminhe-se (a) ao Arquivo

Sala das Comissões, 15 de Dezembro de 2025.

Deputado **OLYNTHO NETO**

Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

MEMBROS EFETIVOS

Dep. OLYNTHO NETO (x)	Dep. NILTON FRANCO ()
Dep. VALDEMAR JÚNIOR (x)	Dep. LEO BARBOSA (x)
Dep. EDUARDO MANTOAN (x)	Dep. PROF. JÚNIOR GEO ()
Dep. EDUARDO FORTES (x)	Dep. GUTIERRES TORQUATO ()
Dep. GIPÃO (x)	Dep. LUCIANO OLIVEIRA (x)

MEMBROS SUPLENTES